

Rotas que regulam o tráfico de pessoas e extracção de órgãos

15 MARÇO 2017 FIDELTON EMÍDIO



70% dos casos de extracção de órgãos humanos ocorrem nas províncias de Tete, Zambézia, Manica e Sofala

O dinheiro decide as rotas. Moçambique é porta de entrada, corredor, fornecedor e destino. Um estudo da LDH aponta que Moçambique tem sete rotas de tráfico de órgãos, nomeadamente, Cuamba e Nchinji, norte de Moçambique; Chire, Machanga e Beira, na região centro; bem como Limpopo e extremo sul, no sul do país. O estudo revela, ainda, que a região centro de Moçambique é a que regista mais casos de tráfico no país, sendo que 70% dos casos de extracção de órgãos ocorrem na região de Tete, Zambézia, Manica e Sofala.

Segundo um relatório da Unesco, cidadãos oriundos da República Democrática do Congo, da região dos Grandes Lagos e da Somália constituem o grosso do fluxo. Chegam a Nacala de barco, para depois se integrarem nas rotas.

A complexidade das rotas não se circunscreve apenas à entrada no país. Tal como é referido pela Organização Internacional das Migrações (OIM), Moçambique é um potencial fornecedor da indústria do sexo de Portugal, Angola e África do Sul, neste último através dos grandes corredores: Ponta de Ouro e Ressano Garcia - uma fronteira vasta, aliada à presença de guardas corrompíveis que permitem a entrada de moçambicanos no território sul-africano ilegalmente.

O fluxo de entrada ilegal reflecte-se nos números de moçambicanos deportados anualmente. O Instituto Nacional das Comunidades Moçambicanas no Exterior refere que, anualmente, são

deportados cerca de 10 mil imigrantes ilegais moçambicanos e que, a cada 10 minutos, entra um clandestino no território sul-africano.

Aliás, entrar no território sul-africano sem nenhum documento é “normal” na fronteira de Ressano Garcia. Acontece sob a cumplicidade da PRM, guarda fronteiriça e polícia sul-africana. “Nós pagamos os guarda-fronteira, pagamos a PRM e os soldados (sul-africanos). São 100 meticais”. Revela-nos um facilitador, vulgarmente conhecidos como mareyanes.

Em relação ao que cobram aos ilegais, o facilitador referiu: “Uma pessoa que não tem passaporte são 150 rands. Às vezes são 100 rands”.

Assim se alavanca o negócio ilícito. Uma rede complexa que envolve até quem o deve combater.

<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/43988-rotas-que-regulam-o-traffic-de-pessoas-e-extracao-de-orgaos.htm>